



(Re)elaborando as experiências passadas: *Nove noites*, de Bernardo Carvalho

Larissa Moreira Fidalgo*

“O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? [...] Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa”.

Walter Benjamin

Reconstituir os acontecimentos passados sempre foi e sempre será um longo e pedregoso caminho a ser percorrido pela humanidade. Como objeto de construção de nossa experiência temporal, muitas são as tentativas de recuperá-lo em sua totalidade e, assim, compreender o tempo presente. Entretanto, o que antes era considerado um corpo sólido capaz de ser traduzido em relato fiel, situa-se em um contexto mais amplo da crítica ao pensamento dogmático. Reconhecendo que o passado somente se presentifica como um relampejo em um momento de perigo que tanto ameaça a tradição quanto aqueles que a recebem (Benjamin: 1985, 244), a crítica hodierna volta-se para as incompreendidas e fragmentadas

* Graduanda em Letras na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

questões históricas, ou seja, para o processo histórico de transformações sociais, políticas e culturais em busca de novas metodologias capazes de lidar com esse fardo.

Como “um perseguidor que escraviza ou liberta” (Sarlo: 2005, 12), situado no entrelugar da lembrança e da especulação, o passado, enquanto estrutura polimorfa, nunca estará completo. Sua relação com o presente implica uma aproximação e um distanciamento, a partir do momento em que não mais interagimos com o aqui e agora dos acontecimentos históricos, mas com seus vestígios textualizados. Como bem apontou Walter Benjamin, “é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela” (2010, 2). Tal reconhecimento não sugere, obviamente, a busca de sentidos e valores mais sólidos através da presentificação das experiências históricas, mas a distinção entre o sentido cronológico do tempo e a temporalidade interna das ações. Para citar o filósofo alemão Martin Heidegger, “é aguardando que a ocupação se pronuncia no ‘então’, é retendo que ela se pronuncia no ‘outrora’ e é atualizando que o faz no ‘agora’” (2006, 501). Ao nos orientarmos por esse viés heideggeriano, isso significa que, se falamos a partir *da* origem, não mais *na* origem, o sentido e a forma da realidade do tempo passado não estão apenas nos acontecimentos, mas também nos sistemas, nos processos onde agem diferentes substâncias em interação responsáveis por transformar tais acontecimentos em fatos históricos.

Nesse sentido, observamos que o estudo da representação do passado encontra-se estruturado na relação básica entre o ato de narrar e o caráter temporal das experiências humanas, ou seja, nos modos pelos quais as narrativas, aqui consideradas processos culturais,

(re)constroem nossas possibilidades de conhecimento histórico, “our notions of self, in the present and in the past” (Hutcheon: 2005, 7). Segundo Beatriz Sarlo, o passado só pode ser “compreensível na medida em que esteja organizado por procedimentos da narrativa e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo” (2007, 12). Como uma forma elevada de (re)configuração do tempo e de seus agentes através do dinamismo criador da linguagem, a narrativa – em especial a ficcional e pós-moderna, como veremos mais adiante – participa da rede conceitual das ações no jogo da economia textual, nos oferecendo uma rede de possibilidades frente aos paradoxos do tempo passíveis de extensão e de transformação. Seria, portanto, “propriamente” real apenas a vivência dada “em cada agora”? As vivências passadas e futuras seriam destituídas dessa qualidade? (Heidegger: 2006, 464).

Se levarmos em consideração que a mediação entre o tempo e a narrativa é realizada pela organização da intriga, como nos fala Ricoeur (2010), e que, portanto, o retorno ao tempo passado pressupõe escolhas e transformações dos aspectos da rede conceitual das ações, a representação de um “real” soberano é um empreendimento romanticamente inalcançável. Desse modo, a reorganização da maneira de se ver e de compreender o ser encontra-se, antes, em uma relação de intersignificação entre a compreensão narrativa e a organização das ações passadas, no “destino de um tempo prefigurado a um tempo refigurado pela mediação de um tempo configurado” (Ricoeur: 2010, 95).

Assim, nessa situação que induz a uma reflexão crítica sobre a verdadeira práxis do conhecimento histórico, ao sugerir uma ampla diversidade material na construção da realidade resumida na “oposição global entre a reinscrição do tempo vivido no tempo do mundo e

as variações imaginativas concernentes ao modo de ligar o primeiro ao segundo” (Ricoeur: 2010c, 236), o que antes era considerado imutável e fechado é agora examinado como um vasto processo de construção cultural passível de variações no tempo e espaço. Por conseguinte, o que está em jogo é a “função de representância exercida pelo conhecimento histórico” (Ricoeur: 2010c, 236) em sua atividade circular, portanto sempre inacabada, de reconstrução de um passado “real”, tal como ele foi. Lidando com ruínas, a atividade dos historiadores, longe de ser objetiva e conclusiva, representa, na maioria das vezes, um ponto de vista particular que se resume em espumas das ondas do mar ao negligenciar os “aspectos importantes do passado, que ela é incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social até a experiência e os modos de pensar das pessoas comuns” (Burke: 2011, 338).

Como um dispositivo que de certo modo detém e legitima o caráter representativo das ações humanas, o discurso histórico encontra-se inscrito numa relação de poder articulada na experiência viva e dinâmica dos acontecimentos, admitindo “a passagem de alguma coisa do profano para o sagrado, da esfera humana à divina” (Agamben: 2010, 45) através dos processos de subjetivação de uma consciência homogeneizante. Em “sua vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história” (Foucault: 2011, 14), esse sistema teórico predominante, ao suprimir o sujeito enunciatador e os diversos atuantes de processos inegavelmente heterogêneos, apoia-se no conhecimento restrito e em uma verdade categórica, teológica e institucional, ignorando a intencionalidade e a historicidade de toda ordem da linguagem. Assim, corroborando a perspectiva de Foucault, em sua análise acerca das condições de possibilidade das ciências humanas e dos poderes que a envolvem, somente apareceria aos nossos olhos

uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura (2011, 20).

Entretanto, ao invés dessa concepção um tanto monológica da realidade, que viola e simplifica a multiplicidade de consciências imiscíveis da caracterização do ser-no-mundo, “deve-se mostrar a constituição temporal de dis-tanciamento e direcionamento” (Heidegger: 2006, 420) dos sistemas de signos, dos processos culturais que governam as diversas representações de nossa experiência temporal. Uma vez que a realidade é socialmente constituída, temporalizando-se como porvir atualizante da semântica do *ter-sido*, apenas a “elaboração da temporalidade da presença enquanto cotidianidade, historicidade e intratemporalidade proporciona a visão das *implicações* de uma ontologia originária da presença” (Heidegger: 2006, 418; grifos do autor). Dessa forma, queremos atentar para a importância de se compreender o lugar, o *dasein*, a partir do qual somos constituídos e constituímos o sentido do ser, das nossas ações e relações simbólicas no mundo circundante. Vale ressaltar que, ao defendermos tal posicionamento, não estamos revitalizando a clássica noção de *arché*, de existência de uma origem teológica que rege nossas ações, mas, ao invés, o sistema geral dessa economia que ilustra “o processo de cisão e de divisão do qual os diferentes ou as diferenças seriam os produtos ou os efeitos constituídos” (Derrida: 1991, 39).

A partir dessa perspectiva heideggeriana, aqui estendida ao campo da historiografia e, posteriormente, da escrita literária em sua (re)significação da rede conceitual das ações, ao invés de estabelecermos uma simples relação causal entre um sujeito e seu objeto – como o faz a historiografia e o filósofo chama de concepção “vulgar” do tempo –, direcionaremos nossa atenção para a descontínua estrutura do ser-no-mundo e suas configurações narrativizadas. Isto é, a direcionamos para a relação de significância e derivação estabelecida pelo poder de ruptura do discurso ficcional, compreendido, em um sentido mais amplo, como o reduto da escritura.

É importante ressaltar que não estamos defendendo que o discurso histórico deva ser abandonado em prol de uma análise unicamente literária do tempo passado, pois, corroborando a perspectiva de Nietzsche, “precisamos da História, mas não como precisam dela os ociosos que passeiam no jardim da ciência” (apud Benjamin: 1985, 228). Desse modo, o fato é que a questão do conhecimento histórico do passado, de seus agentes e de seus sujeitos deve ser colocada, nas palavras de Heidegger, “explicitamente e desdobrada em toda sua transparência”. Afinal, continua o filósofo alemão, “a sua elaboração exige, de acordo com as implicações feitas até aqui, a explicitação da maneira de se visualizar o ser, de se compreender o sentido, a preparação da possibilidade de uma escolha” (2006, 42).

Desse modo, como um universo que mantém a permanência da pluralidade, ao contrariar as antigas tradições das atividades representativas que exigiam a fiel correlação entre o material e sua elaboração, a escritura ficcional inaugura a exploração crítica do uso da linguagem e suas implicações na construção da realidade. Fazendo de seu estudo seu referente e seu objetivo, ela desconstrói a noção de centro, de uma imagem transitiva de “verdade”, abrindo

espaço para novas marcas temporais, novas possibilidades e, portanto, novas abordagens do passado, além daquelas oferecidas pelos “registros oficiais” da História em seu sistema de exclusão. E é justamente nesse cenário de desconstrução que se produz a diferença (ou seria ele próprio a diferença?), uma “estrutura de intricação, de uma tessitura, de um cruzamento que deixaria repetir os diferentes fios e as diferentes linhas de sentido – ou de força – tal como estará pronto a enlaçar outros” (Derrida: 1991, 34), que a autoconsciente criação literária pós-moderna, em sua atividade de revisão e re-elaboração política, histórica e criativa do passado, encontra-se inserida.

Contestando os preceitos de nossa ideologia dominante através de um diálogo irônico com as formas pelas quais conhecemos o passado, a ficção pós-moderna volta-se para uma atividade paradoxal e de distante solução: mergulhar na arriscada ordem do discurso histórico para compreender, ainda que de maneira fragmentada, os sistemas de signos que conferem forma à nossa experiência temporal. Ilustrando em sua pluralidade as forças simbólicas e as relações de produção existentes na sociedade atual, a literatura pós-moderna desafia, no interior de seus pressupostos, o discurso centralizado e centralizador do método histórico, através do retorno às questões ignoradas pela historiografia tradicional de Ranke. Entretanto, seu retorno ao passado histórico não tem como função oferecer uma historicidade autêntica, legitimada pelas clássicas instâncias centralizadoras do poder. Antes de se caracterizar como uma busca de um sentido atemporal transcendente, a poética do pós-moderno evidencia o fato de que a “realidade” existencial dos acontecimentos do passado é uma realidade discursiva e, portanto, a única “historicidade autêntica” é aquela que observa o real

e o discurso como formas antinômicas. Portanto, lembrando-nos de que “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (Ricoeur: 2010, 93), a ficção pós-moderna nos insere em uma rede de indagações situada no plano da pretensão à verdade na estrutura interna do discurso histórico, considerado uma espécie de mimesis no sentido tradicional do termo que, ao tentar tematizar o real, nos oferece uma compreensão superficial das estruturas da sociedade.

Conforme apontou Luiz Costa Lima, “o historiador não se libera de uma certa mimesis: sua reconstituição do passado traz sempre a marca do tempo em que a fez e do lugar social que aí ocupava, estando a ela tanto mais exposto porque sua disciplina não dispõe de conceitos próprios” (2006, 155). Assim, para apresentar um relato do que “realmente aconteceu”, a própria história depende das convenções da narrativa, de aplicações da imaginação produtiva na narração das intrigas. Nessa perspectiva,

por ser de entrada un relato, no hace revivir, como tampoco hace la novela; lo vivido tal como sale de las manos del historiador no es lo que han vivido los actores; es una narración, lo que permite eliminar alguns falsos problemas. Lo mismo que la novela, la historia selecciona, simplifica, organiza, hace que um siglo quepa en una página (Veyne: 1972, 12).

E é justamente por causa dessa problemática da representação histórica, desse processo de agenciamento dos acontecimentos em sistema que exige um rompimento com automatismos das interações cotidianas, uma vez que a própria organização da intriga

abriga “relações não formuladas entre as várias situações textuais, assim como possibilidades de conexão outras que as percebidas” (Lima: 2006, 280), que o discurso ficcional pode ser considerado uma das inúmeras formas – quiçá a mais produtiva – de se compreender o sentido do ser e suas configurações.

Ao romper com a cadeia linear de causa-efeito-causa devido ao processo de “de-cisão”, o sistema referencial do discurso literário pós-moderno opera uma trans-figuração das usuais características semânticas de nossa experiência temporal. Nesse sentido, a configuração da narrativa ficcional, segundo os parâmetros miméticos, aqui entendidos como uma representação criativa das estruturas inteligíveis do mundo da ação, “afeta os campos de referência do mundo sociocultural, deles retirando suas funções reguladoras e, desautomatizando-os, os converte em objetos de percepção” (Lima: 2006, 285) e não de contemplação. Assim, ao não garantir uma uniformização da dinâmica temporal, aquilo que Ricoeur identificou como consonância narrativa, uma organização sob o paradigma do “senso final”, o discurso literário reconhece a condição aporética da verdade e, assim, nos mostra que a tentativa de escrever um relato fiel e linear dos acontecimentos passados se revelaria na monstruosa figura da quimera, uma aberração da natureza que negaria à história o direito ao acaso e à pluralidade.

Nove noites: o discurso de uma verdade intransitiva

Rompendo com as usuais dicotomias entre verdade e ficção, razão e objetividade, ao ficcionalizar um acontecimento verídico, *Nove noites*, enquanto discurso pós-moderno que instala e subverte as convenções das narrativas-mestras, evidencia que, por trás de toda construção cultural, há um sistema ideológico que detém e

legítima o caráter representativo de toda obra. Contudo, ao invés de revitalizar tais processos significativos de sentido exclusivo e unitário, recuperando, assim, a aura, a essência da criação artística sobre a qual nos fala Benjamin (1985), temos uma reelaboração ilimitada e criativa da forma de organização de nossa experiência temporal sem pretender alcançar e estabelecer, através da negação dos mecanismos de funcionamento das estruturas do ato comunicativo, um sentido final homogeneizante.

Operando no jogo entre forma e significado, a prosa vencedora do prêmio Portugal Telecom e do prêmio literário da Biblioteca Nacional tem como ponto de partida um acontecimento veraz: após permanecer nove noites entre os índios krahô, no interior do Tocantins, o jovem antropólogo americano Buell Quain, de apenas vinte e sete anos, suicida-se brutalmente às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1939, quando regressava da aldeia para a cidade de Carolina, fronteira com o estado do Maranhão. Ao saber do ocorrido por meio de um artigo de jornal, sessenta e dois anos após o trágico e inesperado acontecimento, um dos narradores do romance, que é um jornalista e pode ser considerado uma espécie de alter ego do escritor Bernardo Carvalho, decide desvendar esse obscuro episódio da antropologia brasileira que permaneceu esquecido por muitos anos. A partir daí, inicia-se uma longa e sinuosa viagem nas paisagens devastadas do passado, cujos alcances temporais e espaciais são desafiados por caminhos errantes, uma vez que “a verdade está perdida entre todas as contradições e disparates” (Carvalho: 2002, 6), como nos adverte um dos narradores do romance. Dessa forma, configurando-se como um jogo no qual paradoxalmente não há vencedores, a prosa carvaliana se volta para as indelévels e especulativas questões históricas que operam

no limite entre o vivido e o relato, entre a escrita e a representação da rede conceitual das ações, evidenciando que a literatura, como discurso das possibilidades, é capaz de preencher, sem estabelecer um sentido final, as lacunas da História através do exercício da imaginação produtiva.

Na tentativa de reconstruir a história, o narrador-jornalista, que de certa forma representa a tradicional escrita da História, em sua tentativa de reproduzir aquilo que realmente aconteceu, recorre a indivíduos históricos que conviveram com Buell Quain, como Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, e até mesmo Lévi-Strauss. É evidente que as referências a sujeitos reais contribuem para aumentar a tensão entre verdade e imaginação. Qual a relação entre os nomes das pessoas na narrativa e na história? Se levarmos em consideração que, segundo Lyotard (apud Hutcheon: 1991, 196), eles são “designadores rígidos da realidade”, ou seja, que seus referentes são os mesmos no universo extraficcional e intradieгédico, vencemos o jogo. Mas será essa analogia tão confiável, se partimos da premissa de que *Nove noites* é uma espécie de metaficção historiográfica, ou seja, um romance que nos lembra que “a própria história e a ficção são, ambas, termos históricos e suas definições e suas inter-relações são também determinadas historicamente e variam ao longo do tempo” (Hutcheon: 1991, 141)? Acreditamos que não. Ela não nega em hipótese alguma o referente, apenas problematiza a maneira pela qual o conhecemos através da produtiva relação entre a linguagem e a realidade. Assim, a metaficção historiográfica nos ensina que “em toda ficção os personagens históricos podem conviver com personagens ficcionais” (Hutcheon: 1991, 197), pois ambos se referem a intertextos – históricos e literários –, ou seja, a enti-

dades textualizadas e discursivas. A autorreflexividade dos romances pós-modernos sugere que “a linguagem não pode se prender diretamente à realidade, mas se prende basicamente a si mesma” (Hutcheon: 1991, 201).

Embora não possamos (e não almejemos) fundar uma resposta unívoca, poderíamos dizer que, em meio a tantos questionamentos sobre a veracidade dos eventos inseridos nesse romance, o que está em questão é menos a historicidade dos fatos e sua inteligibilidade, sugeridas por uma descontinuidade estrutural com o tempo, do que a comprovação científica de uma verdade utópica e inquestionável mediante a adoção de critérios, como o da falsificação, uma vez que “só existem verdades no plural, e jamais uma só Verdade; e raramente existe a falsidade *per se*, apenas as verdades alheias” (Hutcheon: 1991, 146).

Assim, mediante esse profícuo reconhecimento que evidencia a polêmica rejeição pós-moderna às representações “autênticas”, ao considerar a escrita um processo de adaptação, nos vemos obrigados a mudar nosso horizonte de expectativas e a aceitar que, na verdade, não existe um sentido final incontestável, mas um universo de múltiplas perspectivas. É importante observarmos que a desmaterialização das tradicionais fronteiras entre verdade e ficção não conduz, em hipótese alguma, a uma ficcionalização da realidade, mas à renúncia aos rígidos esquemas binários e às escrituras transitivas, pois como diria Paul Veyne, “nosotros conocemos muchas verdades, pero son parciales” (Veyne: 1972, 60).

Nesse sentido, após constantes tentativas visando à recuperação da totalidade da história do jovem antropólogo Buell Quain, ficam apenas especulações, como em todo discurso literário. Assim, diante da incapacidade de conhecer o passado com um mínimo de

certeza e em meio a diversas “verdades”, o narrador-jornalista conclui que a única solução é escrever um romance:

[...] depois de meses lidando com papéis de arquivos, livros e anotações de gente que não existia, eu precisava ver um rosto, nem que fosse como antídoto à obsessão sem fundo e sem fim que me impedia de começar a escrever [...] com o medo de que a realidade seria sempre muito mais terrível e surpreendente do que eu podia imaginar [...] e que só se revelaria quando fosse tarde, com a pesquisa terminada e o livro publicado. Porque agora eu já estava disposto a fazer dela uma ficção (Carvalho: 2002, 141).

Desse modo, sem comprometer sua liberdade ficcional, *Nove noites* evidencia que o discurso literário não pode ser considerado um repertório exclusivo e fechado ou um conjunto de leis orientado na oposição falso/verdadeiro, mas um engajamento do corpo inscrito em um espaço sociopolítico. Rompendo com a ilusória dimensão episódica da narrativa histórica e sua representação “linear”, a literatura, enquanto texto ficcional, não tem como fim o esgotamento das possibilidades. Entretanto, através de múltiplas perspectivas e sentidos, nos evidencia como o “texto ficcional se relaciona com a realidade sem se esgotar em sua descrição” (Iser: 2002), a partir do momento em que as asas do anjo da história não se fecham, como diria Benjamin (2002).

Uma (in)conclusão

A tarefa de concluir um artigo científico pressupõe, em muitas disciplinas, o estabelecimento de um ponto final. Todavia,

a partir das questões que nos propusemos discutir neste trabalho e levando em consideração que o mesmo pertence ao campo das ciências humanas e que, portanto, a polifonia é algo de que não se pode escapar, fechar nosso pensamento com a ingênua crença de que poderíamos edificar uma verdade significaria o não reconhecimento da condição aporética da verdade. Dessa forma, ao invés de restabelecemos as antigas barreiras que separavam o “real” do corpo de prescrições de toda ordem do discurso, decidimos nos arriscar e nos aventurar nas circularidades da linguagem oferecida pelo discurso poético. Assim, ao entrevermos na História um corpo sólido que se desmanchou nas vértebras do presente, nos distanciamos da ideia de uma verdade absoluta e estrutural, isolada no tempo e apartada de suas configurações históricas e, em prol de multiplicidade de sentidos, recorremos aos aspectos estruturais da ficção brasileira contemporânea, como uma dentre as inúmeras formas – talvez a mais produtiva – de se apreender a questão do sentido do ser e suas configurações.

Podemos concluir, mas desde já evocando novos desafios, que a poética da pós-modernidade, com seu caráter de configuradora de um mundo intransitivo descrito em sua pluralidade, deve ser analisada como uma possível, ainda que polêmica, solução para traduzir o conhecimento em relato. Portanto, diferentemente do narrador jornalista de *Nove noites*, que “decide calar os mortos” (Carvalho: 2002, 150) ao não conseguir desvendar os mistérios que envolveram a morte de Quain, não contrariaremos nossa natureza pós-moderna, de desconstrução de fronteiras previamente determinadas. Ao invés de virarmos para o lado e tentarmos dormir (Carvalho: 2002, 150), continuaremos a seguir nosso errante caminho, alvo de duras e contundentes críticas...

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *O anjo da história*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2010.
- CARVALHO, Bernardo. *Nove noites*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2002.
- DERRIDA, Jacques. “A diferença”. In: _____. *Margens da filosofia*. São Paulo: Papyrus, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2006.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- ISER, Wolfgang: “Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 1. A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *Tempo e narrativa 3. O tempo narrado*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve la história: ensayo de epistemología*. Madri: Fragua, 1972.